



James Green, um intelectual militante. O regime ditatorial brasileiro e a defesa dos direitos LGBTQIA+: um testemunho

Vinícius FERREIRA¹

Resumo:

Na longa entrevista que concedeu à *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM), James Green, renomado historiador, intelectual e militante, cuja trajetória de pesquisa e atuação política têm sido fundamentais para a compreensão crítica da ditadura brasileira e suas reverberações, constrói um painel multifacetado sobre a história recente do Brasil. Aborda, em longos testemunhos, os passos de sua própria história na luta pela democracia, os direitos humanos e a justiça social. Experiências que cruzam diversas dimensões da sua vida e que faz com que, na entrevista, apresente reflexões ancoradas em suas próprias memórias em torno do período ditatorial no Brasil e da defesa e organização do movimento LGBTQIA+, desde a década de 1970.

Palavras-chave: James Green; Ditadura Militar de 1964; Movimento Homossexual Brasileiro; testemunho.

James Green, a militant intellectual. The Brazilian dictatorial regime and the defense of LGBTQIA+ rights: a testimony

Abstract:

In the long interview he gave to *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM), James Green, a renowned historian, intellectual and activist whose trajectory of research and political activity has been fundamental to the critical understanding of the Brazilian dictatorship and its reverberations, builds a multifaceted panel on the recent history of Brazil. It addresses, through long testimonies, the steps in its own history in the fight for democracy, human rights and social justice. Experiences that cross different dimensions of his life and that make him present reflections in the interview on the possibilities of memory work around the dictatorial period in Brazil and the defense and organization work of the LGBTQIA+ movement, since the 1970s.

Keywords: James Green; 1964 Military Dictators; Brazilian Homosexual Movement; testimony.

James Green, un intelectual militante. El régimen dictatorial brasileño y la defensa de los derechos LGBTQIA+: un testimonio

Resumen:

En la larga entrevista que concedió a *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM), James Green, reconocido historiador, intelectual y activista cuya trayectoria de investigación y actividad política ha sido fundamental para la comprensión crítica de la dictadura brasileña y sus repercusiones, construye un panel multifacético sobre la

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* ferreiravrc@gmail.com



historia reciente de Brasil. Aborda, a través de largos testimonios, los pasos de su propia historia en la lucha por la democracia, los derechos humanos y la justicia social. Experiencias que atraviesan diferentes dimensiones de su vida y que lo llevan a presentar reflexiones en la entrevista sobre las posibilidades del trabajo de memoria en torno al período dictatorial en Brasil y el trabajo de defensa y organización del movimiento LGBTQIA+, desde la década de 1970.

Palabras clave: James Green; Dictadura Militar de 1964; Movimiento Homosexual Brasileño; testimonio.



Photo: Annette Hornischer

A edição especial da *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM) dedicada aos 60 anos do golpe militar de 1964 busca refletir sobre os impactos duradouros do regime ditatorial no Brasil, considerando as múltiplas dimensões de sua influência na sociedade contemporânea. Nesse contexto, apresentamos uma entrevista com James Green, renomado historiador, intelectual e militante cuja trajetória de pesquisa e atuação política têm sido fundamentais para a compreensão crítica da ditadura brasileira e suas reverberações.

Ao longo das últimas cinco décadas, James Green tem se destacado como um dos principais brasilianistas a interpretar a realidade brasileira, produzindo uma obra acadêmica de fôlego que combina rigor metodológico e engajamento político. Autor de livros importantes, como *Além do Carnaval*, *Apesar de vocês*, *Revolucionário gay* e *Escritos de um veado vermelho*, Green examina não apenas as estruturas repressivas da ditadura, mas também as resistências forjadas em contextos de opressão, como na emergência do Movimento Homossexual Brasileiro.

Além de sua contribuição acadêmica, sua atuação como membro da Comissão Nacional da Verdade e sua mobilização internacional em resposta ao golpe parlamentar de 2016 contra a presidente Dilma Rousseff revelam um compromisso constante com os direitos humanos e a justiça social. Essas experiências, que cruzam dimensões pessoais, acadêmicas e políticas, permitem a Green oferecer reflexões privilegiadas sobre os desafios e as possibilidades do trabalho de memória em torno do período ditatorial no Brasil.

Nesta entrevista, buscamos explorar diferentes aspectos da trajetória de James Green, destacando como suas vivências e pesquisas dialogam com os debates sobre a história recente do Brasil. Mais do que uma retrospectiva, este diálogo propõe uma análise crítica do legado da ditadura e de suas implicações para o presente, iluminando caminhos para a construção de um futuro mais inclusivo e democrático.

Qual é a imaginação que um norte americano comum tem sobre a ditadura militar brasileira e da relação dos Estados Unidos com essa ditadura?

James Green: 95%, senão 98% dos americanos nem sabem que houve golpe militar no Brasil. Isso é um grande desafio para qualquer pessoa que tenha tentado se solidarizar com o Brasil ao

longo dos anos. Durante o processo de denúncia das torturas que ocorriam no Brasil, a partir de 1969, 1970 e 1971, nos Estados Unidos, em Nova York, em Washington, houve uma campanha constante e que conseguiu mudar um pouco esse quadro entre os intelectuais que prestavam atenção às questões internacionais. Havia a noção de que o Brasil era uma ditadura que torturava os cidadãos. Essa transformação foi resultado de uma campanha que envolveu muitas pessoas e exigiu muitos esforços coordenados de divulgação na imprensa e em outros lugares. Estas novas ideias sobre o Brasil informavam o público americano que não sabia nada sobre o país. Eu percebo isso, sobretudo, quando ensino história do Brasil. Mesmo sendo uma universidade de elite, onde as pessoas que ingressam são muito bem-preparadas, os estudantes não têm muita informação sobre o Brasil.

Uma das formas de lidar com essa memória, ainda não devidamente elaborada, sobre a ditadura brasileira é por meio de pesquisas científicas. Mas uma das dificuldades para se trabalhar historicamente com esse período é o acesso aos documentos. A ditadura tentou apagar e silenciou diversos personagens e acontecimentos. Você possui uma iniciativa para tentar suprir estas lacunas documentais, que é o *Opening the Archive*. Eu gostaria que você falasse um pouco mais sobre este projeto. Que documentos são esses? E quais são as formas de acesso a esses documentos?

James Green: Quando eu estava pesquisando para meu segundo livro *Apesar de vocês*, estava interessado em detectar exatamente a reação do Congresso Americano diante das campanhas internacionais contra a tortura no Brasil. Queria saber qual foi a reação às denúncias que foram feitas nos Estados Unidos sobre o envolvimento americano no apoio ao golpe e às medidas repressoras da ditadura. Então, quando estava pesquisando no Arquivo Nacional, perto de Washington, percebi que tinha muita documentação nos arquivos do Departamento de Estado sobre vários aspectos da história brasileira durante a ditadura, o que me interessava muito. Eu estava apenas procurando uns documentos, uns dados sobre respostas a denúncias da tortura, mas descobri milhares de documentos: informações de relatórios, telegramas, correspondência entre a Embaixada [dos Estados Unidos], o Departamento de Estado e a Embaixada Brasileira em Brasília ou o Consulado Americano no Rio de Janeiro. Então me interessei e fiz, inicialmente, fotocópia de cinco caixas de documentos. Depois dessa experiência, tive a ideia



de criar um *site*, um projeto em que poderia disponibilizar os documentos sobre o Brasil que existem nos arquivos americanos durante esse período, começando com a queda de Jânio Quadros, em 1961, e terminando mais ou menos em 1988.

Começamos o processo de digitalização, indexação e disponibilização no *site*. Temos indexados mais de 70.000 documentos de origem norte-americana sobre a ditadura militar brasileira que estão disponíveis para as pessoas fazerem pesquisas. E por que isso é importante? Porque é muito caro viajar para os Estados Unidos, para passar dois ou três meses pesquisando nos arquivos americanos. Então, essa iniciativa foi uma medida democrática para facilitar aos pesquisadores brasileiros o acesso aos documentos que estão nos Estados Unidos. Esse material tem sido excelente fonte para muitos jovens pesquisadores, pois permite entender o apoio norte americano ao golpe de 1964, aos militares e todo o suporte econômico e político dado ao regime. Essas fontes também revelam as contradições do governo americano e do governo brasileiro.

A ditadura brasileira é frequentemente interpretada de maneira binária e antagônica, como se o regime pudesse ser reduzido a dois polos opostos. De um lado, posicionam-se os revolucionários, representados como heróis em defesa da democracia; de outro, uma força centralizadora e homogênea, composta por torturadores e opressores. Essa visão simplificada da história também pode ser percebida nas análises sobre a relação entre os Estados Unidos e o Brasil durante o período ditatorial. Uma das principais contribuições de sua obra *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985* é a desconstrução desta visão. O livro mostra que, nos Estados Unidos, existiam redes de apoio e solidariedade que atuaram em defesa dos cidadãos brasileiros perseguidos pelo regime militar. Além disso, a obra explora as tensões internas no próprio governo norte-americano, revelando debates e divergências sobre como lidar com a ditadura brasileira. Diante dessa perspectiva, gostaria que você falasse, em linhas gerais, sobre o complexo papel desempenhado pelos Estados Unidos em relação à ditadura brasileira iniciada em 1964.

James Green: Eu, ainda muito jovem, com 21, 22 anos, conheci um brasileiro exilado que tinha organizado um comitê em Washington para realizar um protesto contra a visita de Médici





[presidente Emílio Garrastazu Médici] à Casa Branca, em 1971. Marcos Arruda era um exilado político. Foi torturado entre 1970 e 1971 e estava exilado nos Estados Unidos. Marcos me abraçou e me convidou a participar no Comitê contra a Repressão no Brasil, que ele tinha formado. Então, a partir de 1973, comecei a militar, como um jovem que não falava português e não sabia muito sobre a história brasileira. Esse foi o meu primeiro contato com a temática. Anos depois, na década de 1990, quando eu já tinha feito meu doutorado e estava em um congresso internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, um brasileiro que estava fazendo doutorado nos Estados Unidos fez um comentário contra a minha fala, criticando o fato de os brasilianistas, ou seja, os americanos que estudam o Brasil, não terem feito quase nada contra a ditadura militar. Eu falei que isso não era verdade. Eu conheci essa realidade, vivi essa realidade e comecei a contar para ele a história desse movimento descentralizado, que não era organizado a nível nacional e com poucos recursos, mas que ao longo do tempo tinha realizado uma série de atividades para isolar, denunciar e criticar o regime militar. Me chamou a atenção o fato de ele não conhecer essa história.

Existe uma certa lógica que permite compreender esse desconhecimento: o Brasil possuía uma forte censura que impossibilitava que notícias sobre a solidariedade internacional fossem publicadas. Então, as pessoas que não tinham ligação direta com alguém nos Estados Unidos ou na Europa ou no Chile, antes do golpe de 1973 naquele país, não conseguiam ter acesso a esse tipo de informação. Ou seja, havia um desconhecimento, mesmo dentro das universidades, sobre essa realidade. Para mim, portanto, era muito importante escrever esse livro e mostrar que, apesar de o governo americano, tanto de John Kennedy, de Lyndon Johnson e de Richard Nixon, ter apoiado a ditadura militar, houve polos de oposição dentro do Partido Democrata e em vários setores da sociedade civil, entre eles as igrejas protestantes e católicas, que ajudaram a criar uma imagem do Brasil (não de país do Carnaval, da Bossa Nova, Garota de Ipanema), mas de um país que reprimia os seus cidadãos e torturava. Isso era novidade, porque antes desse momento houve poucas denúncias sobre a prática de tortura em vários países do mundo. Isso cria um clima internacional, entendendo que essa prática não era uma coisa incomum, mas uma política de Estado implementada no Brasil e depois no Chile, no Uruguai e na Argentina. Foi muito importante divulgar essa informação em *Apesar de vocês*.





Você participou, nos Estados Unidos, de diversas organizações e coletivos de solidariedade em relação aos golpes militares que assolavam a América Latina. Como você mencionou, esses países enfrentavam intensa censura, o que tornava a circulação de informações extremamente difícil. Nesse sentido, poderia comentar sobre as estratégias de comunicação empregadas por esses grupos e intelectuais para acessar e divulgar informações sobre a realidade desses países naquele contexto?

James Green: Existem três aspectos que precisamos levar em consideração: primeiro, havia a censura no Brasil, o que dificultava o público brasileiro saber sobre as campanhas internacionais contra o regime militar; segundo, houve uma mudança, a nível internacional, partir de 1969 e 1970, na maneira como o jornalismo estava cobrindo a realidade brasileira, isto é, a imprensa começava a reportar críticas ao regime militar, falar sobre as violações de direitos humanos e a arbitrariedade dos Atos Institucionais. Em 1968, a primeira página do *New York Times* trazia informações sobre o AI-5, sobre repressão, sobre prisões. A questão é que para o grande público americano, que não tinha muita informação sobre o Brasil, essas notícias não eram importantes. Porém, nós, que éramos uma minoria, aproveitamos o fato de que jornalistas, vamos dizer liberais ou progressistas, publicaram informações sobre a realidade brasileira e criamos dossiês e os fizemos circular, por exemplo, no Congresso americano, para deixar evidente que o governo americano não deveria apoiar a ditadura militar, que deveria cortar a ajuda econômica e militar à ditadura brasileira. Assim, as reportagens feitas por jornalistas no Brasil ou cobrindo o que ocorria no país serviram para mostrar que as denúncias feitas por Marcos Arruda e outras pessoas não eram mentiras, era a realidade. Uma política de Estado que estava sendo cada vez mais confirmada por meio da mídia americana, que ajudou e reforçou as campanhas de denúncia ao regime militar.

O Movimento Homossexual Brasileiro ocupa lugar central tanto na sua trajetória intelectual quanto na sua militância. Em *Além do Carnaval*, você descreve a emergência de uma sociabilidade e de uma efervescência cultural homossexual nos grandes centros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, a partir da década de 1960. Isso se manifesta, por exemplo, em jornais como *Snob*, que atuavam como porta-vozes dessas turmas e dessa revolução de costumes que começava a ganhar forma. No entanto, você também aponta





que a ditadura militar, de certa forma, abafou o desenvolvimento desse cenário. Poderia comentar sobre como o regime autoritário impactou essa ação embrionária, dificultando o desenvolvimento de um futuro Movimento Homossexual Brasileiro?

James Green: Eu acho que em qualquer sociedade onde vai se desenvolver, o que hoje em dia chamamos de movimento LGBTQIA+, existe um momento “pré-história”, uma preparação de condições para que as pessoas comecem a questionar a normatividade de sexo e de gênero. É necessário criar um espaço propício para realmente efetivar uma organização política. A sociabilidade urbana, nas grandes capitais do Brasil, é uma dessas condições. Esse é um fenômeno internacional, já que também podemos identificá-lo em outros países. A população LGBTQIA+ começou a criar a noção de uma identidade diferenciada e uma série de códigos, práticas e espaços, entendendo que tinham coisas em comum com outras pessoas, uma identificação.

As mudanças globais da década de 1960 sobre sexo e gênero e costumes também afetaram o Brasil. O Tropicalismo, em 1967, por exemplo, é uma crítica muito forte a certos costumes brasileiros. Esse movimento cultural produziu novas maneiras de entender o corpo. Isso abriu caminhos para a possibilidade de uma crítica à homofobia, à lesbofobia e à transfobia da sociedade brasileira. Porém, justamente no final do 1968, em 13 de dezembro, o AI-5 é decretado, fechando o Congresso e criando uma série de condições para perseguir as pessoas que já organizavam resistência à ditadura militar e criando um clima onde era impossível imaginar a possibilidade de uma organização política, porque basicamente qualquer tipo de organização era considerada subversão.

Também houve uma coisa muito curiosa, porque a ditadura militar confundiu, ou seja, misturou e argumentou que a visibilidade da homossexualidade na sociedade brasileira na década de 1960 era um produto da esquerda, quando, na realidade, a esquerda nesse momento era bastante preconceituosa e pouco favorável a militantes que eram abertamente gays e lésbicas. Ironicamente, a ditadura militar achava que a homossexualidade era uma manifestação da subversão, mas setores da esquerda também achavam a mesma coisa. E isso tudo cria uma situação em que era quase impossível imaginar a possibilidade de uma organização política homossexual no Brasil, embora estivesse acontecendo esse tipo de atividade na Argentina, com a Frente Nacional Homossexualidade, fundada em 1971. Ou seja, pessoas no Brasil que já





começavam a pensar na possibilidade de uma organização política de pessoas LGBTQIA+ não podiam imaginar o espaço político e as possibilidades de realmente organizar atividades concretas. Isso só vai se dá a partir de 1974, quando o processo de abertura, no primeiro momento, cria possibilidade para se debater coisas novas, como publicar jornais alternativos que criticavam o regime ou criar organizações, ainda que clandestinamente, contra o regime militar. Tudo isso produz uma nova situação, na qual intelectuais *gays* tiveram a ideia de fundar o jornal *Lampião da Esquina*, em abril de 1978, e também formar um grupo que receberia o nome de *Somos*, que foi o primeiro grupo de *gays* e lésbicas politizado no país. Durante o período de abertura política, surgiram pessoas que, apesar do medo e da preocupação com a repressão, ousaram se organizar e superar esses obstáculos. Fundaram os primeiros grupos e criaram o jornal *Lampião*, enfrentando a Lei de Imprensa e medidas do governo que tentavam silenciá-los e fechar a publicação. Esse contexto foi marcado por forte sensação de paranoia entre os primeiros militantes, que temiam as consequências da organização política e social. No entanto, foi justamente a superação do medo que possibilitou a fundação do Movimento Homossexual Brasileiro.

Você mencionou alguns aspectos que gostaríamos de aprofundar: o primeiro ponto diz respeito à relação da esquerda com a homossexualidade no contexto ditatorial. Esse é um tema recorrente em vários dos seus textos e que é mais detalhado no artigo “A luta pela igualdade, desejo de homossexualidade e a esquerda na América Latina”. No texto, você analisa a tensão existente entre a esquerda e um imaginário revolucionário que evocava uma ideia específica de masculinidade. Você demonstra como esse ideal de masculinidade, central no projeto revolucionário, muitas vezes entrava em conflito com as reivindicações do movimento homossexual ou demandas identitárias LGBT. Gostaria que você explorasse um pouco mais essa questão. Além disso, seria interessante ouvir sobre sua trajetória pessoal, que sempre transitou entre o papel de militante de esquerda e de militante homossexual.

James Green: O ano de 1973 foi marcante na minha vida. Foi quando comecei a trabalhar com questões relacionadas ao Brasil e, após o golpe contra Salvador Allende de 11 de setembro, no Chile, também com aquele país. Estava profundamente envolvido em atividades de





solidariedade, inicialmente na Filadélfia e, posteriormente, em São Francisco, antes de viajar para o Brasil, em 1976. Nesse período, minha perspectiva sobre o mundo passou por uma transformação significativa. Eu estava saindo de uma posição pacifista, influenciada pela minha formação religiosa como Quaker, para um olhar mais alinhado às ideias marxistas.

Procurava uma organização política nos Estados Unidos onde pudesse militar, uma organização marxista ou marxista-leninista. No entanto, em todas que encontrei havia resistência em relação à questão LGBTQIA+. Em janeiro de 1973, eu me assumi publicamente como homossexual e, paralelamente ao meu trabalho com brasileiros exilados, buscava uma organização LGBTQIA+ onde pudesse desenvolver uma orientação política marxista. Infelizmente, não encontrei nenhuma organização marxista que abordasse a homossexualidade da forma como eu acreditava que deveria ser tratada.

Essa situação me levou a mudar para São Francisco, em 1974, juntando-me a um grupo de jovens socialistas *gays*. Formamos um coletivo chamado União 28 de Junho, em referência à rebelião de Stonewall, que ocorreu nessa data, em Nova York, em 1969. Organizamos diversas atividades na cidade, que era, junto com Nova York, um dos principais centros de articulação política da comunidade LGBTQIA+ nos Estados Unidos. Uma dessas iniciativas foi um evento que organizei, em 1975, de solidariedade *gay* com a resistência chilena. Reunimos cerca de 300 pessoas em um ato público nos bairros onde viviam muitos *gays* e lésbicas, levantando US\$ 1.000 para uma organização de resistência chilena. Foi um exemplo concreto de como eu buscava unir minhas múltiplas identidades: como uma pessoa progressista, identificada com a esquerda, assumidamente homossexual e comprometida em integrar essas dimensões da minha vida.

No Brasil, tive contato com a organização Convergência Socialista, onde militei. Dentro dessa organização trotskista, propus a criação de um grupo interno para discutir a questão LGBTQIA+, desenvolver uma análise política sobre o tema e pensar em formas de apoiar o movimento homossexual emergente. Como membro do grupo Somos, incentivei a construção de alianças com outros setores sociais, como o movimento negro, o movimento feminista e o movimento sindical. Essa articulação foi central para a minha atuação política e permanece constante na minha trajetória.



Há 50 anos, estou assumido e engajado na esquerda, buscando sempre unir essas identidades. Quando decidi voltar à universidade para fazer meu doutorado, escolhi como tema a homossexualidade masculina no Brasil, e o resultado da minha pesquisa está no livro *Além do Carnaval*. O objetivo era preencher uma lacuna acadêmica sobre a história da homossexualidade masculina no Brasil, porque não existia esse tipo de trabalho. Minha intenção era criar conhecimento e, com isso, promover também uma intervenção política para transformação da sociedade brasileira.

Com o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, minhas experiências acumuladas ao longo de mais de quatro décadas culminaram na fundação de uma rede nos Estados Unidos pela democracia no Brasil. Posteriormente, estabelecemos um escritório em Washington, onde realizamos um trabalho junto ao Congresso americano, promovendo a solidariedade internacional aos movimentos sociais brasileiros e criando um *think tank* (grupo de reflexão) para ampliar o conhecimento sobre a realidade brasileira e as relações entre os dois países.

Um dos personagens mais emblemáticos para compreendermos as tensões e a recusa inicial da esquerda em relação à homossexualidade talvez seja Herbert Daniel. Você escreveu um belíssimo livro sobre ele, intitulado *Revolucionário e gay*. Gostaria que você comentasse um pouco sobre os conflitos na trajetória de Herbert Daniel, sua militância organizada contra a ditadura militar e a resistência dessa militância em aceitar sua sexualidade.

James Green: O Daniel foi uma pessoa que eu conheci indiretamente, a partir de uma outra pesquisa que estava fazendo. Foi quando li o primeiro livro que ele escreveu, *A passagem para o próximo sonho*, que era sobre a sua experiência na luta armada e no exílio em Portugal e na França. Eu fiquei fascinado com essa pessoa que era estudante de medicina em Minas Gerais e de família de classe média baixa. O pai e o avô eram policiais militares e o irmão também foi policial militar. E Daniel, muito inteligente, entrou na faculdade em 1965. Percebeu que havia uma organização dos maiores grupos ou grupos da esquerda clandestina na faculdade. Ele quer entrar e, de fato, entra no mundo das organizações e vai optar pela luta armada. Ao mesmo tempo, ele está descobrindo sua homossexualidade, tendo relações, até então, clandestinas. E



quando entra na organização, percebe que o clima, como foi mencionado anteriormente, era de um tipo de comportamento masculino e feminino que exigia certa noção de masculinidade e feminilidade. Então, dentro dessa noção de masculinidade, um homem forte que vai sacrificar sua vida para a causa está disposto a aprender a pegar armas e correr o risco de ser morto pela causa. Existia uma noção na sociedade brasileira, que foi incorporada pelas organizações das esquerdas, entre elas aquela da qual o Daniel participava, onde prevalecia a noção de que homossexual é uma pessoa fraca, não confiável e que não poderia ser revolucionário, porque, na verdade, era uma pessoa doente ou, no mínimo, patética. Percebendo esse clima, reprimiu sua sexualidade durante cinco anos, quando estava na clandestinidade. Nesse período, ele chega a compor a direção nacional da organização, junto com Carlos Lamarca, já famoso por ter abandonado o posto de capitão do Exército para entrar na luta armada.

Daniel participou do sequestro do embaixador alemão, que garantiu a libertação de 110 presos políticos que estavam sendo torturados nas prisões. Em seguida vai para o exílio em Portugal e na França, e começa a reivindicar um debate com a esquerda sobre a homofobia e a homossexualidade. Quando ele volta para o Brasil, em 1982, vai se juntar à campanha eleitoral de um ex-companheiro da luta armada, Luiz Vieira, eleito deputado estadual no Rio de Janeiro. Ele vai trabalhar com ele na Assembleia Legislativa, e também se candidata, em 1986, com uma campanha muito original: “Qualquer forma de amor, vale a pena”. Tematizava sobre a diversidade, inclusão, criticava o racismo, discutindo questões sobre o meio ambiente e defendendo os direitos LGBTQIA+. Não ganha as eleições e começa a trabalhar na Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), que era, naquele momento, a maior organização de pesquisa sobre a AIDS no Brasil. E assume a presidência da organização. Em 1989, descobre que é soropositivo. Doente, ele transforma o discurso sobre AIDS, com novas ideias aprendidas por ele na sua experiência na militância. Nesse momento, quando não havia cura ou remédios eficazes contra a AIDS, para ele a melhor cura era a solidariedade. Ou seja, a necessidade de abraçar, de entender, de compreender as pessoas vivendo com HIV, recusando os estereótipos, as campanhas de terror, o preconceito. Vai usar o lema “Viva! Viva a vida!”, afirmando o fato que, mesmo tendo HIV-AIDS, a pessoa está viva e pode gozar a vida. No processo de repensar como a sociedade brasileira podia enfrentar a crise do HIV e da AIDS, ele foi muito importante. Infelizmente, ele vai falecer da doença, em 1992, mas eu o considero tanto um militante, como



um revolucionário no movimento contra a ditadura. Mas igualmente um militante, quando se torna um dos maiores ativistas em defesa das pessoas vivendo com HIV-AIDS, e implementa ideias revolucionárias, inovadoras e importantes no combate contra o preconceito e contra o vírus.

Ainda sobre sua pesquisa sobre o Herbert Daniel, gostaria de desenvolver dois aspectos. O primeiro, como você mencionou, o Herbert Daniel teve vasta produção literária, sempre com teor autobiográfico, e destaco dois de seus livros que tem relação mais direta com a sua passagem pela militância: *Passagem para o próximo sonho* e *Meu corpo daria um romance*. Esses livros foram lançados em um momento editorial brasileiro em que estavam sendo lançadas muito biografias de ex-militantes contra a ditadura militar. Os livros do Daniel, em especial, não foram tão bem aceitos na época pelo público. Eu queria, então como segundo aspecto, que você também comentasse um pouco sobre a recepção dessas obras.

James Green: Sua pergunta é muito interessante. Na verdade, Daniel estava escrevendo o *Passagem para o próximo sonho*, enquanto estava trabalhando em uma sauna gay, em Paris. Isso no início da década de 1980. Em seguida, ele volta ao Brasil, em 1981, e o livro é publicado, em 1982. O problema é que já se vivia o *boom* de memórias sobre a luta armada. Já tinha sido lançado *O que é isso, companheiro*, de Fernando Gabeira, em 1979, e que foi um *best seller*. Depois, o Alfredo Sirkis, que era da mesma organização de Daniel, escreveu *Os carbonários*, sobre vários eventos que o Daniel também vivera e que também foi um *best seller*, com 19 edições. Havia uma curiosidade muito grande sobre essa geração: a geração que tinha sido mobilizada contra a ditadura e uma minoria optara pela luta armada e havia uma profusão de livros no mercado. Além disso, o Daniel critica bastante a luta armada, discutindo os erros e os problemas do movimento. No segundo livro, ele escreve sobre sua experiência em Paris, nas saunas gays, onde ele analisa questões sobre a homossexualidade. Minha impressão é que ele teve lançamentos bem-sucedidos: pessoas que compraram o livro que eram simpatizantes da esquerda, ex-militantes, pessoas que até tinham militado com Daniel. Quando compraram o livro, gostaram do primeiro, mas acho que não terminaram de ler. Muitos jovens compraram o livro por certa obrigação de ir ao lançamento. Acho que muitas pessoas não leram o segundo

livro (*Meu corpo daria um romance*) também porque se achava, na época, que era muito sobre questões recentes (1982, 1983, 1984), ainda pouco elaboradas no Brasil. Sobre a questão de homossexualidade, a grande maioria das pessoas da esquerda ainda não entendia, tendo certa recusa a abraçar essa causa naquele momento. Além disso, ele tentara escrever de maneira muito criativa, e, às vezes, era muito difícil entender as brincadeiras, os jogos de palavras. Acho que não é um livro tão acessível quanto o do Gabeira.

Ainda sobre o Herbert Daniel, eu gostaria de falar sobre esse retorno dele ao Brasil. No processo da anistia, ele é considerado por muitos o último anistiado.

James Green: Ele não é anistiado porque, pois, na verdade, a Lei da Anistia de 1979 proibia anistia para qualquer pessoa que tivesse participado em ações nas quais alguém tivesse morrido, o que era denominado crimes de sangue. Como o Daniel participou do sequestro do embaixador suíço, quando um guarda da segurança foi morto, não foi incluído na Lei de Anistia. Ou seja, as pessoas sabem que a Lei de Anistia não puniu os torturadores, mas esquecem também que não se dava anistia às pessoas que estavam envolvidas em várias atividades consideradas como subversivas e contra a Lei de Segurança Nacional. Então ele só volta para o Brasil porque as acusações contra eles foram prescritas. Ele volta, assim, em 1981, quando a grande maioria dos exilados voltou em 1978, 1979, 1980, no máximo. Ele chegou atrasado. Por isso, num certo sentido, a falta de popularidade do livro e outras limitações sobre a sua aceitação quando chega no Brasil.

Eu gostaria que você fizesse uma correlação entre a anistia e o Movimento Homossexual Brasileiro. O *Lampião da Esquina* chegou a publicar algumas matérias convocando um debate sobre a anistia e refletindo sobre quem eram esses corpos políticos que estavam sendo incluídos na anistia, questionando, por exemplo, a questão dos LGBTs, das travestis e dos homossexuais. O grupo Somos, do qual você fez parte, publicou o jornal *Suruba*, e você fez parte do Conselho Editorial. Em determinado momento, vocês se cobram uma participação mais ativa nos debates sobre a anistia. Eu gostaria de escutar de você sobre esse momento.

James Green: Primeiro a gente tem que entender que o Somos foi fundado em maio de 1978, quando o processo de anistia começava a crescer. Em paralelo a isso, ocorria as ações do grupo. Num primeiro momento, era um grupo de poucas pessoas que estava tentando descobrir o rumo, sem muita clareza, sobre sua tarefa, suas atividades. Eu me lembro que se levaram várias semanas para escrever uma carta aberta ao jornal *Notícias Populares*, um exemplar da chamada *imprensa marrom* de São Paulo, que publicava matérias pejorativas sobre as trans. O movimento, portanto, estava ganhando força, estava aprendendo como atuar, como participar. Assim, por exemplo, a Lei de Anistia, se não me engano, era de agosto de 1979 e a primeira atividade política pública que o grupo Somos participou foi no dia da Consciência Negra, 20 de novembro, em São Paulo. Meses depois de a anistia já ter sido aprovada. Era um momento, no Brasil, de abertura, de uma intensidade de atividades acontecendo, como as greves gerais de 1978, no ABC, lideradas por Lula; as mobilizações a favor da anistia; a organização partidária; a reformulação dos partidos políticos e a campanha de filiações aos novos partidos. E nesse sentido, eu me lembro o que estava escrito no sonho: essa autocrítica. O fato de o movimento LGBTQIA+ ser muito incipiente, muito jovem, descobrindo o seu caminho. Era muito difícil perceber tudo o que estava acontecendo. Houve nesse período também as mulheres do grupo. As lésbicas reivindicando seu espaço e depois saindo das organizações, a criação de outros grupos que queriam fazer um trabalho muito mais social do que político. Enfim, saindo do grupo Somos, em uma dissidência, contra a sua orientação mais à esquerda. Era um momento de muita intensidade, de muitas atividades. Então nós do próprio grupo Somos, talvez, não podíamos entender todo o processo e acompanhar tudo ao mesmo tempo.

A primeira vez que você veio ao Brasil foi em 1976, no momento embrionário do movimento homossexual, e retorna em 1978. Quando você retorna, ingressa no *Versus*, jornal importante da esquerda nacional do período da imprensa alternativa, justamente pelo seu formato inovador em termos de linguagem. Eu queria que você falasse um pouco sobre essa experiência.

James Green: Você fez uma pesquisa impressionante. Talvez você se lembre mais sobre minha vida do que talvez eu... Então, a conversa torna-se, no mínimo, muito curiosa, porque na verdade, eu conheci uma pessoa, logo que cheguei. Nós tivemos um relacionamento importante,



mas meio discreto. Mas na sequência eu tinha que sair do Brasil porque meu visto ia vencer. Eu voltei para os Estados Unidos para conseguir poder, na sequência, voltar para o Brasil. Então, negocie com ele que só iria voltar para o Brasil, se pudesse militar também. Quando eu saí do Brasil, ele entrou para a Liga Operária, que vai se transformar na Convergência Socialista. Mas quando eu falo que queria entrar para a organização, ele diz *não*. Porque na época ele tinha medo de as pessoas ficarem sabendo do nosso relacionamento. Então negocie que eu só ia voltar para o Brasil para ficar se entrasse na militância, no jornal *Versus*. Acho que publiquei um ou dois artigos e colaborava com outras atividades no jornal que foi muito importante como produto da imprensa alternativa criticando a ditadura, especialmente no setor do jornal afro e latino-americano, que publicou as primeiras e mais importantes obras de líderes do movimento negro no Brasil, que estavam procurando seu espaço e não tinham outros veículos acessíveis para divulgar suas ideias. O jornal acabou se filiando à convenção socialista e, então, foi este o meu processo de entrar na Convergência Socialista, propondo um grupo dentro da organização para discutir a questão LGBTQIA+. Militei na Convergência Socialista no Brasil e depois, quando voltei para os Estados Unidos, em 1982, fiquei numa organização irmã até 1989, quando saí da militância trotskista e voltei para a universidade para fazer PhD e fazer uma militância, vamos dizer, universitária e acadêmica.

Como você mesmo falou, o *Versus* inovava, de maneira expressiva, no estilo de escrita, na diagramação e na utilização de recursos imagéticos. Em relação ao conteúdo, se destacava pela pauta de um movimento negro que emergia naquele contexto, mas também buscava uma identidade latino-americana. É sobre essa identidade latino-americana que eu quero que você fale um pouco, já que falar sobre esse contexto ditatorial é também se referir ao contexto identitário.

James Green: Isso se deveu muito ao Marcus Fagner, fundador do jornal gaúcho *Cara*, ligado ao movimento socialista. Sendo gaúcho, vivendo na fronteira com a Argentina e Uruguai, tinha certa sensibilidade sobre a América Latina, que talvez não se tivesse em outras partes do Brasil. Mas eu acho que também era um momento de os jovens brasileiros descobrirem a América Latina. Era muito caro viajar para o exterior, e ficou quase impossível quando o governo de Geisel [Ernesto Geisel] criou o depósito compulsório para viagens ao exterior, com exceção



dos países vizinhos, Bolívia, Argentina, Uruguai e Chile etc. Então, muitos jovens passaram a viajar pela América Latina. Também a influência que a Revolução Cubana capturava o imaginário da juventude brasileira e a situação na Argentina e no Chile devem ser igualmente consideradas. Existia uma juventude interessada na América Latina, o que foi reforçado pelos movimentos culturais e musicais, como, por exemplo, o de Mercedes Sosa, uma argentina exilada, que veio várias vezes ao Brasil e cantava música popular latino-americana, inspirando um certo romantismo sobre o continente. O jornal *Versus* aproveitava todo esse clima, ou seja, canalizava, articulava, publicava sobre a América Latina.

Em relação à sua atuação no grupo Somos e na Facção Homossexual, dois grupos importantes e pioneiros, cada um em seu segmento, gostaria que você abordasse um aspecto. Somos foi o primeiro grupo organizado de militância do Brasil e o Facção Homossexual foi o primeiro grupo de esquerda voltado para a temática homossexual do Brasil. Você atuou ativamente em ambos e eu queria que apontasse o que havia em comum e divergente nessas duas atuações.

James Green: Tanto na Convergência quanto no Somos, já havia uma sensação de comunidade, de solidariedade, de apoio, de abraços, de beijos. Eu inclusive comecei de inventar beijar os homens. Dentro da Convergência Socialista, na boca. E foi um choque. Mas alguns que queriam mostrar que eram também bastante modernos, beijavam na boca também. Isso foi entre os homens. Era um lugar de muito apoio às pessoas, muitos abraços, muita solidariedade. Essa é uma marca comum aos dois grupos. A diferença entre as duas organizações, era o fato de o Somos ser composto de poucas pessoas com experiência política sofisticada e que tinham participado do movimento estudantil ou estiveram ligadas a um setor da esquerda em certo momento. A formação política da maioria se deu durante o governo Médici, o pior momento na ditadura. Assim, a maioria tinha pouca politização, pouca compreensão da realidade política e um certo medo por causa do clima ainda que existia, de repressão, de tortura.

Parece que a questão da representação era central para o movimento homossexual nos seus primeiros atos. Uma das primeiras ações do grupo Somos foi a carta aberta que você mencionou sobre a visibilidade de homossexuais em um jornal sensacionalista de São



Paulo. Tanto o Somos quanto a Facção Homossexual tinham boletins impressos. Queria que você falasse sobre a percepção desse movimento homossexual inicial e a questão da visibilidade midiática.

James Green: Na verdade, era muito difícil ter visibilidade midiática. Eram poucas pessoas que assumiam e que estavam dispostas a falar sobre sua homossexualidade publicamente. Por exemplo, houve um grande debate no primeiro Encontro Nacional de grupos de homossexuais organizados sobre se deviam ou não tirar fotos durante o congresso ou num ato público que houve no Teatro Ruth Escobar. Isso porque a maioria das pessoas estava com muito medo de ser exposta no trabalho, na família, de perder o emprego, de ser marginalizado. Tanto que, quase uma década depois, a TV Manchete vai fazer um programa com o Daniel sobre o HIV-AIDS, e isto foi visto verdadeiramente como algo revolucionário. Ninguém tinha assumido, tranquilamente, sua sexualidade, sua convivência com seu companheiro. Era uma coisa, então, inédita. Assim, de maneira geral, as informações sobre o movimento eram restritas, pois poucas pessoas tinham disponibilidade para falar abertamente da sua condição homossexual. O movimento ficava muito na defensiva. E era muito frágil. Levou anos para haver a possibilidade de surgir as vozes públicas, enfrentando o preconceito. Não era uma coisa fácil fazer. Daniel foi uma das pessoas a fazer isso e existia também algumas outras pessoas em São Paulo e no Rio. Era um processo muito lento de acumulação de forças. E o movimento que foi surgindo, em 1978, enfrenta uma crise em 1983, quando a maioria dos grupos desapareceu. Poucas organizações sobreviveram na década de 1980 e houve uma reorganização do movimento da década de 1990.

Gostaria que você falasse um pouco sobre sua participação na Comissão Nacional da Verdade e do seu trabalho no capítulo sobre a homossexualidade.

James Green: Isso foi muito importante. Eu já tinha conexões com o Paulo Sérgio Pinheiro. Ele me convidou, então, para ir a Brasília falar sobre o Opening new Archives, e eu ofereci os arquivos para os trabalhos da Comissão. Num determinado momento a Rose Cardozo, que era advogada da ex-presidente Dilma Rousseff, me perguntou o que eu esperava da Comissão. Eu falei que esperava que a tortura fosse denunciada e os torturadores, punidos. Mas falei também



que a ditadura ia muito além da resistência armada e tortura. A ditadura afetava toda a sociedade. Era necessário falar sobre como a ditadura afetou pessoas LGBTQIA+, pessoas negras, povos originários. E as mulheres. Então eles me convidaram para assumir a questão LGBTQIA+. Fiz um acordo para fazer um capítulo. Chamei o Renan Quinalha para me ajudar e ele também participou. Naquele momento estava muito preocupado em revelar a repressão policial na década de 1980, em São Paulo, quando um delegado prendeu mais de 1500 travestis e pessoas que estavam no centro da cidade. Então resolvemos fazer esse relatório com 25 páginas. Fizemos também um livro, com artigos de várias pessoas, que escreveram sobre ditadura e homossexualidade, e publicamos nosso capítulo antes da publicação do relatório final. Isso foi uma ruptura do nosso acordo com as pessoas da Comissão, mas fiz de propósito, porque achava que havia a possibilidade de, no último momento, alguém retirar o capítulo. Mas foi publicado. E foi muito importante. Pela primeira vez, um relatório de uma Comissão de Transição de Paz e de Justiça trata da questão.

Não é possível terminar esta entrevista sem falar sobre memória da ditadura militar. Tendo estado em disputa muito acirrada nos últimos anos com a ascensão do bolsonarismo, observa-se a discussão se 1964 teria sido golpe, ou como apregoam, sobretudo a extrema direita brasileira, uma “revolução”. O que eu queria escutar de você para finalizar é como o trabalho histórico sobre o passado pode contribuir para a democracia brasileira?

James Green: O trabalho em história é fundamental. O fato que, inclusive, o próprio governo atual decretou que não haveria nenhuma comemoração ou ato lembrando os 60 anos do golpe é um atentado à memória brasileira. Eu acho que lembrar é uma necessidade fundamental para que haja uma discussão profunda sobre o que foram os anos de exceção. Infelizmente, Bolsonaro mobilizou um setor da população sem nenhuma informação ou memória sobre o passado, pessoas que nem sequer viveram esse momento que se refere a 60, 50, 40 anos atrás, e assim criam uma noção de um passado idealizado. Que era um tempo maravilhoso, tempo de estabilidade, que não havia crime, não tinha tráfico, não tinha roubo de celulares. Mas ignoram a realidade da brutalidade da ditadura, a arbitrariedade, o fato de que havia censura. Então eu acho que nunca vamos aprender. Eu estou falando em termos gerais, sobre como aprender com



o passado, se não conhecemos profundamente o passado. Então essa necessidade de insistir é fundamental. E comemorar e publicar sobre esse período é imprescindível. É a mesma coisa sobre o movimento LGBETQIA+. O trabalho que nós fizemos foi tentar articular um diálogo com as esquerdas brasileiras. E foi um trabalho muito importante. É pioneiro e fundamental e tem que ser reconhecido porque tem outras vozes e outras pessoas com outras perspectivas que também são válidas. Eu não nego esse direito. As pessoas têm outras leituras sobre o passado, mas eu acho que essa leitura específica sobre o passado também é muito importante, porque nós, no nosso trabalho dentro do grupo, somos dentro de uma facção. Iniciamos um processo que foi levando adiante por outras pessoas, em outros momentos, mas foi fundamental e criou uma situação na qual a extrema direita associa o movimento LGBTQI à pauta da esquerda e que não dá para a esquerda ignorar isso porque são casados. A correlação esquerda e o movimento LGBTQIA+ tem sido utilizada pela extrema direita para mobilizar a sua base contra as nossas reivindicações. Seja a questão da chamada *ideologia de gênero*, que foi promovida pelos setores da direita e da extrema direita para justificar tanto o ataque ao movimento feminista quanto ao movimento LGBTQIA+, especialmente em relação às pessoas trans. Temos que lembrar que Lula ganhou com 51% e que Bolsonaro teve 49% depois de ter feito um governo horrível e, ainda assim, ele quase ganhou as eleições. Há uma sociedade polarizada. Assim, é fundamental insistir nesse debate sobre o passado e aprender com o passado, para que ele não se repita.

